



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
2 UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
3 REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2016
4

5 Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, nesta cidade de São Paulo, à
6 Rua Sena Madureira, 1500, no anfiteatro do térreo do prédio da Reitoria reuniram-se
7 os senhores membros do Conselho Universitário da Unifesp, sob a presidência da
8 Magnífica Reitora, Prof^ª. Dr^ª. Soraya Soubhi Smaili. Estiveram **presentes** os
9 membros: Agnes Araújo Sardinha Pinto, Airton Luis Alvares, Alvaro Nagib Atallah, Ana
10 Luisa Hofling Lima Farah, André Luiz de Lima, Anita Hilda Straus Takahashi, Arlindo
11 Flávio da Conceição, Arthur Violante Sapia, Caden Souccar, Carlos Roberto Nunes,
12 Catarina Segreti Porto, Christina Windsor Andrews, Cláudia Barbosa Ladeira de
13 Campos, Cláudia Mazzei Nogueira, Clélia Rejane Antônio, Clóvis Ryuichi Nakaie,
14 Conceição Vieira da Silva Ohara, Cristiane de Melo Shirayama, Daniel Arias Vazquez,
15 Dulcelina Andrade dos Santos de Macedo, Felipe da Silva Lima, Hélio Kiyoshi
16 Takahashi, Ieda Maria Longo Maugeri, Jane Zveiter de Moraes, Janes Jorge, Janine
17 Schirmer, Joel Machado Júnior, João Miguel de Barros Alexandrino, João Valdir
18 Comasseto, José Ivaldo Rocha, José Luiz Martins, Karla Helene Marques Lima, Lidiane
19 Cristina da Silva, Luciana Massaro Onusic, Maria Angélica Pedra Minhoto, Maria
20 Cecilia Martinelli, Maria do Socorro Limeira da Silva, Maria Lúcia Oliveira de Souza
21 Formigoni, Maria Teresa Zanella, Matheus Crivelin Zanatta, Matheus de Faria Modina,
22 Mavilde da Luz Gonçalves Pedreira, Nadja Simão Magalhães, Natália Maria Simionato,
23 Nestor Schor, Newton de Barros Junior, Odair Aguiar Junior, Paola Scanapieco Barros,
24 Patricia Rios Poletto, Paulo Bandiera Paiva, Pedro Fiori Arantes, Raquel de Aguiar
25 Furuie, Regina Célia Spadari, Reinaldo Salomão, Rosana Fiorini Puccini, Rosemarie
26 Andreazza, Rudolf Wechsler, Sérgio Luiz Domingues Cravo, Sinara Aparecida Farago
27 de Melo, Tânia Mara Francisco e Valeria Petri. **Justificaram** ausência: Adriano
28 Kasiorowski de Araujo, Andrea Rabinovici, Arnaldo Lopes Colombo, Dulce Maria
29 Fonseca Soares Martins, Emilia Inoue Sato, Esper Abrão Cavalheiro, Fabio Ruiz
30 Simões, José Osmar Medina de Abreu Pestana, Luiz Leduino de Salles Neto, Olgária
31 Chain Feres Matos, Regiane Albertini de Carvalho, Ronaldo Adriano Christofolletti,
32 Sylvia Helena Souza da Silva Batista. **Não justificaram** ausência: Ângelo Amato
33 Vincenzo de Paola, Cecília Fernandes, Daniel Cara, Deborah Suchecki, Emerson
34 Stefanoviciaus D'Anela, Henrique Nelson Calandra, Isabel Cristina Kowal Olm Cunha,





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



35 João Aléssio Juliano Perfeito, Luiz Roberto Ramos, Marimélia Aparecida Porcionatto,
36 Moisés Cohen e Sérgio Schenkman. Participaram da reunião como **convidados**:
37 Adriana Pereira, Ana Paula Nascimento, Sérgio Antônio Draibe e o Procurador Federal
38 Dr. Reginaldo Fracasso, que acaba de assumir a Procuradoria na Unifesp. Tendo os
39 senhores conselheiros, assinado a folha de frequência e sendo constatado quorum com
40 62 presentes, a reunião foi iniciada. A presente reunião foi convocada para discutir
41 pauta única: **Reforma do estatuto**. A sra. Presidente agradeceu a pontualidade dos
42 presentes. Antes de dar início a Ordem do Dia, a sra. Presidente deu alguns informes.
43 Com a palavra o procurador federal, Dr. Reginaldo, agradeceu a oportunidade de
44 voltar a atuar nesta instituição, após 20 anos, disse estar muito honrado e que sua
45 missão é fazer a interlocução entre a AGU e a Unifesp. A sra. Presidente deu as boas
46 vindas ao procurador dizendo que hoje é uma universidade bem diferente, mas
47 acredita ser um desafio. Outros membros se pronunciaram dando as boas vindas e
48 agradecendo o retorno. Em seguida informou sobre as obras nos campi. Falou, em
49 especial, dos comentários da imprensa sobre a entrega da obra no campus Guarulhos,
50 onde os alunos já estão tendo aula. O campus tem hoje 20.000 metros quadrados de
51 área construída. A mudança foi feita com segurança, cumprindo todos os
52 procedimentos necessários. A imprensa notificou chamando de obra inacabada, por
53 conta de móveis que estão aguardando para serem instalados, etc. A Unifesp e toda a
54 comunidade está em ambiente de celebração e conquista e tratará do assunto junto a
55 imprensa. O campus está com uma segunda obra de reforma no prédio do arco, que
56 deu início ao campus. Ela acredita que em breve será inaugurado. O conselheiro
57 Daniel, Diretor Acadêmico do campus, agradeceu o empenho da gestão e as pessoas
58 que trabalharam diretamente, em especial aos servidores que estiveram à frente da
59 mudança. Disse que ainda tem muitas mudanças, mas no dia de ontem os pontos de
60 informática foram liberados. Já foi realizada nos últimos dias, uma colação de grau e a
61 comunidade acadêmica também está agradecida. A conselheira Christina disse que o
62 campus tem motivos para comemorar, porém a limpeza está precária, inclusive com
63 restos de obras e muito pó. Ela apela para que a Diretoria Acadêmica e a Reitoria
64 tornem o campus salubre e o conselheiro Daniel, Diretor Acadêmico do Campus, disse
65 que somente agora a solicitação está chegando. O campus possui laudos ambientais e
66 se coloca a disposição. A sra. Presidente informou sobre a contratação de mais postos
67 de limpeza, tendo em vista que a área foi aumentada. Ela disse que é necessário fazer
68 um esforço conjunto, há uma obra no outro prédio, também dentro do campus. A





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



69 empreiteira tem ajudado na limpeza, mas ainda assim não tem como evitar um pouco
70 de pó. O conselheiro Rudolf cumprimentou a gestão e o campus pela conquista,
71 lembrando que após uma obra, sempre sobra algumas coisas para fazer depois. Na
72 oportunidade a sra. Presidente convidou a todos para a inauguração do Centro de
73 Diagnóstico do HSP que ocorrerá logo mais, as 14:00h, quando o representante do
74 Ministro deverá anunciar recursos para o final dessa obra, bem como para a obra da
75 Biblioteca. Nos próximos dias o Ministro deverá visitar a obra do campus Osasco, além
76 disso ele tem conhecimento da situação do campus de Diadema. No próximo sábado
77 será inaugurado o prédio do campus Baixada Santista, na Rua Carvalho de Mendonça,
78 onde funciona o Instituto do Mar. Na oportunidade o conselheiro J. Ivaldo deu
79 informes inerentes à categoria dos TAEs: amanhã haverá acontecerá assembleia com
80 pauta para retomada da greve, por conta de não cumprimento de acordo da última
81 pauta. A sra. Presidente lembrou que foi aprovado neste conselho que não faríamos
82 editais tão detalhados e a conselheira Rosemarie concorda que a divisão é ruim,
83 lembrando que está aprovado na resolução 116. A conselheira Rosemarie informou
84 que o ConPessoas está estudando a resolução, pede para primeiro decidir lá e depois
85 trazer para discussão no Consu. Já na **ORDEM DO DIA**, foi dado início às discussões
86 sobre a "**Reforma do Estatuto**". A sra. Presidente passou a palavra ao Prof. Cravo
87 que aqui está como Presidente da Comissão do Estatuto e como membro,
88 representando a EPM. Lembrou que esta é a continuidade da discussão iniciada na
89 reunião da semana passada. Com a palavra o conselheiro Sérgio Cravo, também
90 presidente da Comissão apresentou as propostas de alteração ao artigo 11, § 3º, do
91 Estatuto. A proposta de alteração, que vem do Congresso Unifesp, é a seguinte "a
92 elaboração da lista tríplice do Consu será realizada a partir de ampla consulta à
93 comunidade universitária". Além dessa proposta, o conselheiro apresentou o parecer
94 da Advocacia Geral da União, que trata do assunto "paridade" e a nota técnica da
95 Coordenadoria Geral de Legislação e Normas da Educação Superior
96 (CGLNES/GAB/SESu/MEC), que trata da organização da lista tríplice. Ele lembra que
97 tanto a NT como o Parecer da AGU deixam claro que, para constar no regimento, a
98 consulta deve seguir a legislação e adotar a votação proporcional. A sra. Presidente
99 salientou que o Estatuto menciona a consulta à comunidade. Embora estejamos
100 tratando esta proposta como reforma estatutária, isto é, com quórum específico, esta é
101 uma proposta de alteração do regimento. Desta forma, dependendo do que for
102 decidido nesta reunião, a reforma será no regimento e não no estatuto. Em seguida,





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



103 lembrou que na última reunião ficaram vários inscritos e inciou a franquia da palavra
104 àqueles membros. A conselheira Cristiane sugeriu que este artigo constasse no
105 estatuto, salientando que em algumas universidades está claro nesse instrumento, ao
106 que a sra. Presidente acrescentou que o Consu pode discutir o assunto mas o
107 entendimento é de que nenhuma universidade fez constar em seu estatuto. Pede para
108 que se alguém tiver essa informação concreta, que a apresente, lembrando que em
109 nosso estatuto o artigo que fala sobre ampla consulta permanece. A conselheira M.
110 Angélica salientou que não poderá constar no estatuto pois estaria em desacordo com
111 a lei. O conselheiro J. Ivaldo propôs que conste no estatuto "consulta paritária",
112 conforme proposto pelo Congresso Unifesp. Sobre a LDB lembrou que esta fala de
113 proporcionalidade de votos e de votação. Já a consulta, ele considera que seja
114 autonomia da universidade, lembrando que cerca de 70% das universidades brasileiras
115 já contam com a paridade em sua consulta. O conselheiro Arthur concorda com a fala
116 de seu antecessor e lembra que o Congresso Unifesp foi aprovado pelo Consu e,
117 portanto, deve ser respeitado. A conselheira Christina, representante da categoria dos
118 Professores Adjuntos neste colegiado, informou que fez uma pesquisa entre seus pares
119 e menos de 9% da categoria se posicionaram pela paridade na consulta. Ela disse que
120 vai defender a posição de seus pares, que optam por manter como está. Enfatizou
121 ainda que se constar no estatuto, a proporcionalidade deve ser 70, 15 e 15%. A
122 conselheira M. Angélica, que também é da categoria, disse que não recebeu a
123 pesquisa. Pergunta quantos adjuntos responderam, para saber o que está sendo
124 considerado como representação. O conselheiro Daniel não vê necessidade de constar
125 no estatuto, lembrando que 37 universidades adotam a paridade na consulta e quem
126 elege é o Conselho Universitário. Ele é pela paridade, mas respeita a posição da
127 Congregação do campus Guarulhos, onde o assunto foi discutido e todas as propostas
128 foram rejeitadas, portanto são pela permanência no estatuto da consulta. A
129 conselheira Nadja disse que, por coerência, é preciso votar se o Consu aprova ou não a
130 proposta do Congresso. Caso o Consu vote pela alteração, é necessário alterar o
131 Regimento e, caso vá para o regimento a autonomia universitária não poderá ferir leis
132 maiores. Ela considera que a comunidade quer paridade e a que a consulta não poderá
133 acontecer de outra forma. Sugere portanto, acrescentar inciso somente no Regimento.
134 O procurador, Dr. Reginaldo, disse que as leis são antigas, porém válidas. Algumas
135 instituições encontraram um meio termo e colocaram 60, 25, 25. Lembra que a palavra
136 final é do Consu. Quanto a consulta à comunidade informal, esta pode ser paritária e,





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



137 se assim for, não deve constar no estatuto. Se constar no estatuto como formal, a
138 instituição poderá ter posicionamentos adversos e responder por isto. Concluiu
139 dizendo que cabe ao Consu estabelecer se a consulta será formal ou informal. A
140 conselheira Clélia salienta que o ideal é chegar o mais próximo possível da paridade,
141 sem correr riscos. Ela pergunta se haverá risco caso conste no estatuto. O procurador,
142 Dr. Reginaldo falou sobre o papel da entidade dentro da democracia. Em seguida
143 sugeriu pensar na construção de ouvir a comunidade e comentou sobre a consulta a
144 estatutos de outras universidades, para termos como modelo, o que ele não concorda.
145 Ele disse que esta universidade deve dizer onde quer chegar, sem olhar para o que é
146 feito nas demais universidades. O conselheiro Clóvis perguntou sobre o
147 posicionamento das Congregações, lembrando que o campus Osasco é favorável a
148 paridade. O conselheiro Odair informou que o campus Baixada Santista é pela
149 paridade. A conselheira M. Angélica considerou que a paridade seria entre os
150 seguimentos, sendo 1/3 para cada seguimento. O conselheiro Matheus Zanatta
151 lembrou que no campus São Paulo houve consulta a comunidade para composição da
152 lista tríplice para diretor e a Congregação não aceitou a consulta. A comunidade não
153 se rebelou porque entendeu que a decisão final era da Congregação. Ele salienta que
154 os alunos querem maior representatividade na composição das listas. Considera que a
155 Unifesp é a única universidade sem consulta paritária e que, na apresentação do PDI,
156 vê uma instituição na frente de todas e, neste processo de escolha dos dirigentes, vê
157 um retrocesso. O conselheiro Arlindo declaro seu voto conforme o resultado das
158 pesquisas no campus São José dos Campos. Sugere discutir se queremos ou não a
159 consulta. Sobre as variáveis, que foi um comentário do conselheiro Arlindo, a sra.
160 Presidente lembrou que em reunião realizada em dezembro de 2015, o assessor da
161 Reitoria, Décio Semensatto apresentou neste Egrégio Colegiado várias planilhas com
162 os números restando então, para este momento, a questão conceitual. A conselheira
163 Karla disse que está se discutindo paridade em instâncias não paritárias. Considerou
164 que no Congresso Unifesp a proposta foi pela paridade e o Congresso, segundo ela,
165 representa a comunidade. Ela fala ainda das outras universidades que não tiveram
166 problemas com esta questão. O conselheiro J. Aléssio elogiou a volta do hábito de ter o
167 procurador presente nas reuniões do Consu. Ele acrescenta qu paridade não deve
168 constar no estatuto e que deve ser colocada conforme o colegiado quer no regimento,
169 de forma a externar o que a universidade quer sem perder as questões legais. Sugere
170 manter como está e colocar no regimento quando o Consu chegar nesse ponto. Se





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



171 declarou contra a paridade no estatuto, mas colocar no regimento de forma clara. O
172 conselheiro J. Alexandrino disse que no campus Diadema foram promovidas duas
173 discussões. Percebeu certo corporativismo e sentiu ausência de vontade de se discutir
174 o princípio que encaminha às leis. Como diretor do campus deverá vontar contra o que
175 vai contra a LDB, lembrando que na Congregações declarou seu voto pela paridade. A
176 conselheira Tânia sugeriu deliberar sobre o mérito da democracia na escolha dos
177 dirigentes máximos e que a forma conste no regimento, para melhor acomodação. Ela
178 não vê ilegalidade em constar no estatuto. O conselheiro Rudolf concordou com o
179 conselheiro J. Aléssio e declarou sua posição pessoal pela paridade. O conselheiro
180 Álvaro considera que a instituição ganharia se considerasse a experiência de outras
181 universidades e, levantando uma questão de ordem, pergunta se o Consu já está
182 suficientemente esclarecido para votar esta questão. A sra. Presidente respondeu que
183 o tema já foi discutido em várias instâncias: Congresso, audiências públicas, nos
184 campi, entre as categorias e aqui já temos vários posicionamentos. A conselheira M.
185 Lúcia também não vê impedimentos para votar e considera importante constar no
186 regimento. A conselheira Luciana informou que o campus Osasco se posicionou
187 considerando que a consulta paritária não seria problema. Numa democracia, o
188 campus também é a favor da legalidade e talvez, num futuro, as universidades
189 consigam mudar a LDB. Concluiu falando da importância de não inviabilizar os atos
190 deste colegiado e se declarou favorável a paridade na comunidade. Na oportunidade a
191 sra. Presidente disse que a mesa entende que haverá uma primeira votação conceitual,
192 o princípio da paridade, o desejo ou não de ter a paridade. Dependendo do resultado, o
193 Consu discutirá a forma. Ela disse ainda que o Consu não está questionando e não
194 quer ferir a lei, mais discutindo como a instituição quer fazer a consulta à comunidade.
195 O conselheiro J. Aléssio salientou que, caso ganhe acredita que ainda cabe discussão e,
196 se perder o conceito da paridade, a discussão não acaba aqui. Em votação o princípio e
197 o conceito da paridade. 42 (quarenta e dois) conselheiros votaram favoráveis que a
198 consulta à comunidade seja paritária; 13 (treze) contrários e 2 (duas) abstenções,
199 portanto, aprovada a consulta paritária. Em seguida, passou-se a discussão sobre a
200 forma com que será realizada a consulta de forma que a instituição não tenha risco em
201 questões jurídicas. A mesa entende, na fala do Procurador, que a consulta não deve
202 constar no estatuto mas no regimento, onde ficará definido que o Consu baixará uma
203 resolução dispendo sobre a forma. Esta prática, sendo a sra. Presidente, já tem sido
204 adotada em outras universidades e, na Unifesp, também é baixada uma resolução para





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



205 cada eleição. A comissão eleitoral na Unifesp já tem um formato, ela é composta
206 ouvindo as entidades de classe. As entidades indicam os membros e a comissão é
207 presidida por um membro indicado pela Adunifesp. Esta prática já é adotada desde a
208 primeira consulta para Diretor da EPM, em 1986. O conselheiro J. Aléssio considera
209 que a forma como deverá ser a consulta deve ser abrangida no regimento. Segundo
210 ele, não dá para deixar para baixar resolução no futuro. O procurador, Dr. Reginaldo
211 reafirmou que a consulta não deve constar no estatuto. Ele sugere que no regimento
212 conste "haverá consulta, pelo critério de paridade e será coordenada pelas entidades
213 de classe". A partir daí o Consu decide outras questões. Ele disse também que o texto
214 atual atende o que foi resolvido hoje. O conselheiro J. Ivaldo considera que o Consu
215 deu um avanço de qualidade. Ele salienta que o Consu terá de votar a proposta do
216 Congresso, se paridade ou não na instância máxima. Sobre a consulta à comunidade,
217 ele não vê demérito na coordenação pelas entidades. a conselheira Sinara defende
218 constar no regimento, para dar segurança para o futuro. O conselheiro Hélio
219 perguntou ao procurador se a consulta coordenada pelas entidades é informal, e se
220 precisa constar no regimento ou no estatuto. O procurador, Dr. Reginaldo, trabalha
221 com a ideia de que as normativas são ditadas pelo Consu e são feitas por integrantes
222 da instituição. Se a consulta constar como informal, ele considera que seria melhor.
223 Objetivamente criaria mecanismos de ser informal a partir de ideias da instituição,
224 portanto, não lançaria informal. O conselheiro J. Aléssio propõe votar se fica no
225 estatuto ou não e, ficando ou não, terá que entrar no Regimento. Ele sugere reabrir as
226 discussões quando o Consu estiver tratando das reformas do Regimento e deixar como
227 a comunidade quer. Ele concluiu dizendo que se queremos força, a consulta deve ser
228 institucional. O conselheiro Pedro Arantes lembrou que várias instituições já fazem
229 desta forma, citando o regulamento da Unb, referendado pelas entidades daquela
230 instituição. O conselheiro J. Alexandrino sugere encerrar aqui as discussões e que a
231 Comissão se debruce sobre o assunto para uma próxima reunião. Já a conselheira
232 Tânia sugere dar prosseguimento e encaminhar para votação. Na oportunidade a sra.
233 Presidente concluiu que há 2 encaminhamentos: deixar para a próxima reunião ou
234 votar agora. Antes de colocar em votação a presente proposta, foi feita a contagem dos
235 membros presentes, resultando em 56 (cinquenta e seis) membros, incluindo a
236 Reitora. Em seguida foi votada a proposta do Congresso (incluir consulta paritária no
237 estatuto). A sra. Presidente lembra que várias falas foram no sentido de incluir no
238 Regimento. Para cumprir o regulamento, entende a mesa que será votado se incluía





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho Universitário



239 no estatuto ou mantém como está. O resultado desta votação foi 13 (treze) votos
240 favoráveis, 34 (trinta e quatro) contrários e 8 (oito) abstenções, portanto o estatuto
241 permanece como está. A votação seguinte foi para definir onde será incluída a
242 paridade. A sra. Presidente lembra que as falas sugerem não colocar "formal" ou
243 "informal", mas que seja o mais definido possível a fim de que não fique solto para
244 futuras resoluções. Existe também a proposta do procurador para que seja colocada no
245 regimento desde que seja conduzida por entidades de classe. Neste momento, a mesa
246 sugeriu a supressão do § 3º do artigo 11 e o conselheiro J. Aléssio sugeriu votar antes,
247 se a consulta paritária vai para o regimento ou para uma resolução. Ele considera que
248 esta é a decisão principal e depois faz-se a formulação detalhada. Colocada em votação
249 a proposta "incluir no regimento geral e o detalhamento vir para a próxima reunião.
250 Este detalhamento seria feito pela comissão com a ajuda dos senhores conselheiros.
251 Em votação, o resultado foi 49 (quarenta e nove) votos favoráveis, nenhum contrário e 5
252 (cinco) abstenções. Portanto, será incluído no Regimento Geral (art. 254) a expressão
253 "ampla consulta paritária". A regulamentação e diretrizes para essa consulta serão
254 detalhadas pelo Consu. A conselheira Christina declarou seu voto dizendo que se
255 absteve porque não se considera devidamente informada. Na oportunidade, a sra.
256 Presidente informou que na próxima semana teremos reunião ordinária e a próxima
257 extraordinária será no próximo dia 18 de maio. A conselheira Cristiane perguntou
258 quando será transcrito o texto do regimento e a sra. Presidente respondeu que
259 poderemos tentar trazer para a próxima reunião. Ela solicita a Comissão que preparem
260 senão para a próxima reunião para a seguinte, todas as propostas do estatuto, para
261 todos os itens. Considera que não são muitos e o Consu poderá dar conta se forem
262 realizadas algumas outras reuniões extraordinárias. Nada mais havendo a tratar a
263 reunião foi encerrada. Para constar, eu, Andreia Reis Pereira Meleti, secretária, lavrei
264 a presente ata que, após aprovada, será assinada por mim e pela Senhora Presidente.

265

266

Soraya Soubhi Smaili

267

Reitora

268

Presidente do Conselho Universitário

269

270

271

Andreia Reis Pereira Meleti

272

Secretária do Conselho Universitário

